

GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO, PAPEL DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR

GENÉSIA FERREIRA DOS SANTOS*
RENATA SILVA PAMPLONA**
SUELY LIMA DE ASSIS PINTO***

Introdução

Este estudo tem como objetivo problematizar conceitualmente as categorias relacionadas à temática da diversidade sexual e de gênero, tais como: gênero, identidade de gênero, papel de gênero e educação sexual. Essas categorias serão analisadas visando confrontar posicionamentos postulados no senso comum, os quais muitas vezes servem como ferramentas para ataques homo/lesbo/bi/trans/fóbicos. As problematizações e análises terão como espaço de referência central o contexto educacional, pois a escola e educadores são protagonistas para a desconstrução das práticas de discriminações e preconceitos endereçados às pessoas que afirmam uma orientação sexual ou identidade de gênero não normativas.

Entende-se que no campo da educação, seja na formação de educadores, nas práticas pedagógicas, na educação não escolar, existe uma fragilidade para se tratar de temáticas vinculadas ao campo teórico da diversidade sexual. Na maioria dos cursos de licenciatura, por exemplo, não há uma preocupação com a formação de futuros educadores para trabalharem com as diferenças sexuais presentes na sala de aula, principalmente quando essas diferenças se referem às mais variadas expressões vivenciadas da sexualidade.

A ausência de um trabalho pedagógico aprofundado e contínuo em relação à diversidade sexual pode, muitas vezes, ser uma ferramenta que silencia essas práticas homofóbicas exercidas nas escolas. Não realizar um trabalho sério de enfrentamento da homo/lesbo/bi/trans/fobia no contexto escolar, permite que o desconhecimento a respeito das diferenças e multiplicidades sexuais e de gênero se torne processo cíclico de preconceito e violência nas diferentes instâncias sociais em que vivemos. Diante deste contexto, entendemos

* Graduanda do Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí.

** Doutoranda em Educação UFSCAR, Mestre em Educação pela FE/UFSCAR.

*** Doutora em História (FH/UFG), Mestre em Educação (FE/UFG). Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da UFG/REJ Jataí.

que a problematização conceitual da diversidade sexual aqui proposta, se faz urgente e necessária, particularmente para que educadores/as possam auxiliar alunos/as vítimas de *bullying* homofóbico, os quais são recorrentes no cenário escolar.

Gênero

Considerando gênero como constituinte da forma indenitária do indivíduo, os estudos aqui realizados procuram explicar o conceito a partir das lutas libertárias ocorridas por uma posição igualitária e justa. Em meados de 1960 o gênero masculino era visto como absoluto e insubstituível pelo gênero feminino, no entanto, foi também neste período que o gênero feminino foi aos poucos ocupando seu espaço. Nesta década surgiram questionamentos em relação ao conceito da sexualidade, apresentando-a também como fonte de prazer e não apenas, como de costume, exclusivamente para reprodução humana. O movimento feminista surgiu nesse bojo, para desmistificar e ampliar a posição do gênero feminino diante da sociedade, tornando as mulheres cidadãs pensantes que resolveram lutar por seus direitos.

Iara Beleli (2014, p. 49) afirma que:

Os movimentos feministas influenciaram nas transformações sociais, econômicas, mas também colocaram em questão os valores culturais. As mulheres romperam com o padrão da moça bem comportada, virgem, cujo destino final e necessário, era a maternidade, desafiando convenções de gênero.

Deste modo, essas lutas e transformações culturais do gênero feminino consolidaram novas ideias, contrárias a regra padrão da cultura estabelecida mundialmente, na qual, o gênero feminino era submisso ao gênero masculino. Nos estudos sobre a condição feminina, o feminino era visto como propriedade privada do masculino, pois foi constituído em uma ideologia patriarcal.

De acordo com Miriam Pillar Grossi (1998, p. 4): “o conceito de gênero está colocado, no Ocidente, ao de sexualidade, o que promove uma imensa dificuldade no senso comum – que se reflete nas preocupações da teoria feminista – de separar a problemática da identidade de gênero e a sexualidade, está marcada pela escolha do objeto de desejo”. O conceito de gênero é constitutivo a partir da identidade do indivíduo, seria ele o sexo socialmente construído, ou seja, esse gênero masculino ou feminino, numa aproximação mais

específica pode ser transitório, pois em uma determinada condição pode sofrer transformações, tornando-se às vezes conflitantes.

Esses conflitos apontam para o surgimento histórico das discriminações ou preconceitos que fundamentam o gênero masculino como detentor de condições específicas do trabalho referente à mão de obra, predominando o machismo em diferentes instâncias de trabalho, na qual, os papéis de homens e mulheres eram bem definidos. Nesse espaço a mulher seria o indivíduo submisso ao homem, tornando-se obrigada apenas aos afazeres domésticos e funções maternas.

Para a estudiosa Larissa Pelúcio (2014) essa naturalização do gênero influencia e organiza a vida de todos/as, e sua presença já se torna aparentemente natural quanto a seus efeitos, com isso precisamos desnaturalizar essa concepção. A desnaturalização desse conceito já estabelecido, fundado, conhecido e de transformação resistente, não é um processo fácil, seria mexer em algo que poderia ser contraditório e diverso, pois os gêneros femininos ou masculinos são conhecidos a partir de uma determinada classificação desde o nascimento.

Segundo Tomaz Tadeu Silva (1999), a própria ciência já apresenta essa normatividade de gênero, o que dificulta ainda mais esse processo de desnaturalização. Para o autor:

A sociedade está feita de acordo com as características do gênero dominante, isto é, o masculino. Na análise feminista, não existe nada de mais masculino, por exemplo, do que a própria ciência. A ciência reflete uma perspectiva eminentemente masculina. Ela expressa uma forma de conhecer que supõe uma separação rígida entre sujeito e objeto. Ela parte de um impulso de dominação e controle: sobre a natureza e sobre os seres humanos. Ela cinde corpo e mente, cognição e desejo, racionalidade e afeto. Essa análise da masculinidade da ciência pode ser estendida para praticamente qualquer campo ou instituição social (SILVA, 1999, p. 93-94).

Desse modo, o gênero masculino é reconhecido pela ciência como absoluto e intocável e, em toda a existência destes indivíduos, foram fabricados e normatizados de acordo com sua religião, família, etnia e raças, usando o seu próprio conceito como exemplo do certo. Essas características são estabelecidas como prontas e acabadas pela ciência e suas denominações. A sociedade recebe essa naturalização como verdades estabelecidas e inquestionáveis, devendo assim ser seguidas.

Argumenta Pelúcio (2014) que essa dimensão normativa e padronizada na vivência dos gêneros se operacionaliza constantemente nos mais variados segmentos da sociedade,

assim como encontra no espaço escolar um território para afirmação dessa naturalização dos gêneros, ou, ao contrário, para sua subversão. Nos diferentes espaços da escola, como: sala de aula, pátio, recreio, banheiros, percebemos como se realiza uma pedagogia de gênero, a qual busca coordenar olhares, moldar condutas e produzir, arquitetar a educação de nossos corpos. Evidentemente, essa pedagogia não é neutra, tampouco desinteressada, ela é um campo de poder que atua para confirmar, balizar a naturalização dos gêneros, iniciado desde o nascimento do sujeito. A escola, como um carimbo, afirma constantemente o que é, e deve ser pertencente ao universo feminino e masculino, realizando uma vigilância constante para que essas barreiras não sejam ultrapassadas, mescladas ou borradas.

Para a autora Larissa Pelúcio (2014), o gênero é constituído e consolidado em duas vertentes simbólicas, a corrente essencialista e a construtivista. A essencialista é representada e entendida desde que nascemos em uma essência pronta e acabada, que não pode ser mudada. Já a construtivista seria o oposto, construída de acordo com o ambiente em que se vive. Observamos assim, que tudo foi reescrito culturalmente, fomos aos poucos ensinados a ler e compreender estes signos. É em função dessa demanda naturalizada da questão gênero, e diante de uma tentativa de modificação do que está posto, que surgem reivindicações por direito identitários, civis, culturais e de importantes relevâncias, surge a partir daí o próprio conceito de gênero.

Segundo Miriam Pillar Grossi (1998, p. 5):

Gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual.

Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, como veremos, nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo.

A partir do momento que nos relacionamos e interagimos socialmente, já estamos atuando de acordo com o que foi determinado historicamente para cada gênero. As mais diferenciadas experiências sociais reforçam recorrentemente os lugares marcados e tidos como certo para cada gênero. Ou seja, menino tem que ter traços e gestos masculinos, meninas traços e gestos femininos, se acontecer de um indivíduo do sexo masculino

apresentar-se com traços ou gestos femininos, o mesmo será automaticamente reprimido ou rejeitado pela sociedade ou até mesmo pela família, sofrerá os atos de discriminação e preconceito por seu desvio de gênero.

Percebe-se que há uma tentativa em colocar cada indivíduo exatamente no seu lugar, e essas tentativas são guiadas por condutas muitas vezes espontâneas, agimos com palavras, gestos e até mesmo policiando detalhes dos dois gêneros, buscando demarcar e diferenciar o que cabe a cada gênero, se ao feminino, ou, se ao masculino.

Diante destes fatos, que ocorrem desde a infância, tanto no âmbito escolar, quanto no âmbito familiar, ou em outras esferas institucionais, percebemos que os gêneros são tratados como prontos, estáveis, imutáveis, quando na verdade os gêneros são aprendidos todos os dias, de forma constante, são assim, flexíveis, maleáveis, capazes de se refazerem e remodelarem. Ser homem é ser mulher não é algo fixo, é uma atuação diária de afirmação.

Identidade de gênero

Quando falamos em identidade de gênero, o próprio termo nos permite compreender essa categoria. Identidade se refere aquilo que faz um sujeito, um objeto ser o que é, não outra coisa. Portanto, identidade de gênero se refere à forma como uma pessoa se identifica, se homem, ou se mulher.

Nesse sentido, devido ao gênero não ser uma instância fixa, natural e imutável, a forma como cada pessoa se identifica, não é ocasionada em decorrência de possuir determinado órgão genital. Logo, podemos dizer que o que leva uma pessoa a se reconhecer como homem ou mulher é um processo de identificação que ocorre ao longo da constituição da própria pessoa como ser humano; o que está em questão não é obrigatoriamente a biologia. O gênero não é dado biologicamente.

Portanto, identidade de gênero diz respeito à forma como a pessoa se reconhece. Uma pessoa pode nascer em um corpo tradicionalmente considerado masculino, mas se afirmar, se reconhecer como mulher. Nesse caso, a identidade de gênero dessa pessoa não coincide com seu corpo biológico.

É indispensável destacarmos que a identidade de gênero não tem relação obrigatória e fixa com a orientação sexual da pessoa, ou seja, não diz se a pessoa possui

interesse sexual e afetivo por homens, mulheres, ou por ambos os sexos. Por exemplo, podemos ter um transhomem (a pessoa que nasceu em um corpo feminino, mas se identifica como homem, sua identidade de gênero é masculina) e sua orientação sexual pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual. Nesse caso, se um transhomem tiver interesse sexual por um homem, o senso comum diria que ele é heterossexual, pois nasceu com um corpo feminino. No entanto, isso seria um equívoco, pois o que se deve observar é a identidade de gênero, se essa pessoa se reconhece como homem, ainda que tenha uma vagina, e tem interesse sexual e afetivo por homens, essa pessoa é um transhomem gay, ou um transhomem homossexual.

Para Guacira Lopes Louro (1997, p. 24):

A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da *identidade* dos sujeitos. E aqui nos vemos frente a outro conceito complexo, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas: o conceito de identidade. Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias.

Gênero e sexualidade são aprendizados sociais passíveis de transformação e de combinações às vezes consideradas contraditórias. As identidades, não apenas as de gênero se transformam ao longo da vida. Não nascemos prontos e acabados. Gostamos de ter a ilusão que somos médicos, professores, cantores, que somos pais, que sabemos isso ou aquilo, mas tudo isso é passível de mudança, assim como nossos corpos, nossas múltiplas identidades, e por que não, nosso próprio gênero, nossa orientação sexual. A certeza é uma ilusão muitas vezes desmentida em nossas vidas. Desse modo, o sujeito se identifica social e historicamente como feminino ou masculino, e assim constitui sua identidade de gênero de forma plástica, maleável, desmontável.

Miriam Pillar Grossi (1998, p. 8) considera que:

Este núcleo de nossa identidade de gênero se constrói em nossa socialização a partir do momento da rotulação do bebê como menina ou menino. Isto se dá no momento de nascer ou mesmo antes, com as novas tecnologias de detectar o sexo do bebê, quando se atribui um nome à criança e esta passa a ser tratada imediatamente como menino ou menina. A partir deste assinalamento de sexo, socialmente se esperarão da criança comportamentos condizentes a ele.

Portanto, essa tentativa de produzir ou tentar afirmar uma identidade de gênero se iniciará muito antes do nascimento do indivíduo, e por meio da ciência e suas tecnologias, essa afirmação é feita a partir da visualização da ultrassonografia ou por outros meios de tecnologia. Essas identidades estão sempre se relacionando com as nossas linguagens e práticas específicas, as quais fomos ensinados.

A tentativa e esforço ao atribuir um gênero no nascimento do sujeito é evitar que esse se identifique com um gênero que não corresponda a sua genitália, a seu corpo biológico, já que as identidades estão sempre em constante construção, e sendo as mesmas instáveis, essas podem sofrer ou experimentar modificações.

E, na atribuição do sexo do bebê e de seu gênero gera a normatização de seus corpos. Então, antes mesmo desse nascimento, essa identidade começa a ser afirmada, mas não pelo sujeito, e sim pelos aparatos sociais a sua volta, passando assim socialmente a ser reconhecida. Uma criança que venha a ter uma conduta diferente da qual é constituída e ensinada pela sociedade, é forçada a se estabelecer em instâncias disciplinares cotidianas que as conduzirá a colocar-se nas normas as quais se julgam apropriadas.

Segundo Moreno Montserrat (1999, p. 14):

(...) a partir do momento em que nascemos, começamos a receber essa influência social que condicionará nossa maneira de ver e de estar no mundo. Com a linguagem, aprendemos a primeira forma de dividir nosso universo em categorias. As palavras denominam as coisas, mas também fazem com que as agrupamos de uma determinada maneira em nosso pensamento.

O bebê aprende com as primeiras palavras que existe uma “mamãe” e um “papai”; logo aprenderá que existem “meninas” e “meninos”, e esta dicotomia o terá diferenciado muito antes que ele saiba que existe a palavra “pessoa”, que aplicar-se igualmente a todas elas. Existem muitas formas de diferenciar as pessoas, mas nosso idioma priorizou a característica sexo para subdividi-las, dando-lhe um nome específico. Evidentemente, o mesmo não ocorre com outras características humanas. Não existe, por exemplo, uma palavra específica para denominar uma pessoa de olhos azuis ou cujos pés suam.

A sociedade e a própria educação e suas instituições governamentais geram a normatização de corpos de meninos/as quando reforça a vivência do gênero atribuído no nascimento, e busca impedir a vivência de uma identidade de gênero oposta ao sexo biológico.

E para separar ou entender a criança, sendo menino/a que gostam de brincadeiras que não correspondem a seu gênero de nascimento, os educadores e seus pais tentam normatizar esses desejos, no entanto, eles não são esclarecidos de que esses procedimentos que ambos gostam de brincadeiras, ou de acessórios, ou de se relacionar mais no social com meninas ou meninos, estes detalhes não influenciarão na escolha sexual dessa/e filha/o ou dessa/e aluno/a na sua vida adulta.

Papel de gênero

Para conceituar o papel de gênero um exemplo simples seria o próprio exercício, ou atuação em relação aquilo que é esperado para cada gênero, masculino e feminino. Seria tudo que cada gênero faz na tentativa de corresponder ao que se espera socialmente, historicamente, culturalmente para cada gênero. O homem inserido na sociedade é um representante do papel masculino, e a mulher então seria a representante do papel feminino aos quais foram designados atuando como membro e indivíduo de uma sociedade. Sendo que esses papéis mudam ao longo da história e de cada cultura. Por exemplo, à mulher não era permitido até pouco tempo dirigir automóveis, ou trabalhar fora de casa. Hoje esse papel já é aceitável para a mulher. Na cultura ocidental, em sua maioria, usualmente não cabe ao homem o uso de saias, vestidos, mas em alguns países do ocidente é papel também atribuído aos homens o uso de saias.

Nesse mesmo viés Miriam Pillar Grossi (1998, p. 6):

Papel é aqui entendido no sentido que se usa no teatro, ou seja, uma representação de um personagem. Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinado cultura é considerado papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra. A antropologia, que tem como objetivo estudar a diversidade cultural humana tem mostrado que os papéis de gênero são muito diferentes de um lugar para o outro do planeta.

O que a autora destaca é que sendo o homem ou até mesmo a mulher membros constituintes de uma determinada sociedade, dependendo da região e de sua cultura, estas representações de papéis mudam. Existem culturas em que esses papéis são representados de maneiras totalmente diferentes. Portanto, nas instituições, os papéis são nomeados em masculinos e femininos. Tradicionalmente é posto que meninas gostam de rosa, meninos de

azuis, meninas brincam de bonecas e de brincadeiras mais calmas e têm que se comportar e ter atitude adequada para se sentar, já os meninos brincam de carrinhos, gostam de brincadeiras, mais agitadas e não são estimulados a se sentarem de maneira correta. Meninos são rotulados como agressivos, desordeiros, indisciplinados e, no caso das meninas, são criticadas por não possuírem modos considerados corretos de uma moça, ou seja, ser meiga, delicada, frágil, serena, calma, submissa, feminina. Esses papéis de gênero são estabelecidos como cultura predominante na produção e reprodução da sociedade, escola, família, onde se estabelecem e transportam as normas dos papéis existentes na sociedade.

Educação sexual

A educação sexual no contexto escolar é um assunto complexo para professores, e pais, pois vivemos em uma sociedade ainda carregada de preconceitos e tabus. A heteronormatividade domina o campo educacional que fecha os olhos para a diversidade que tem se apresentado no cotidiano familiar e educacional. Essa temática precisa ser contextualizada e compreendida para melhor aceitação e compreensão da diversidade sexual, pois ao contrário, estaríamos vedando nossos olhos ao não aceitar o indivíduo que venha apresentar uma identidade fora do reconhecido padrão, que agrega valores heteronormativos.

De acordo com Guacira Lopes Louro (2014, p. 135):

[...] há aqueles/as que negam que a educação sexual seja uma missão da escola com o fundamento de que nela estão implicadas escolhas morais e religiosas e que ela cabe primordialmente às famílias. A pressão desses grupos vai na direção do silenciamento, possivelmente supondo que se não se tocar nessas questões elas não “entrarão” na escola. Uma posição que se revela impossível. As questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/das estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula-assumidamente ou não-, nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes.

Deste modo, a responsabilidade de se fazer pensar em uma educação sexual seria lutar contra a discriminação, pois todos os inclusos numa sociedade democrática lutam pelos mesmos direitos. Para muitos educadores a Educação Sexual não é um assunto que deve se

fazer presente na educação curricular e suas práticas pedagógicas. Este tema está, de certo modo, ligado à moralidade ética e outras determinações e a escola acredita que é inteiramente de responsabilidade da família. Diante das práticas e currículos escolares que se fazem presentes, o tema da diversidade sexual mesmo sendo ignorado, está em nosso meio, não tendo reconhecimento gerando diversas especulações e pré-ideias pedagógicas, ligadas ao senso comum, no qual, aglomeram dúvidas.

De acordo com o autor Richard Miskolci (2014, p. 80):

[...] trata-se da forma como educadores adotam o silêncio diante da emergência de uma sexualidade diferente e, assim, tornam-se cúmplices da ridicularização e do insulto público de alguns estudantes.

O silêncio de educadores diante do incômodo causado por um estudante que age de forma distinta da maioria não é uma atitude neutra. É uma tentativa de eliminá-lo. Fingir que alguém não existe nada tem de imparcial, e ignorar costuma ser a melhor forma de fazer valer os padrões de comportamento considerados “bons”, “corretos”, “normais”. O silêncio e a tentativa de ignorar o diferente são ações que denotam cumplicidade com valores e padrões de comportamento hegemônicos.

Somos responsáveis por iniciar, na educação, um processo de mudanças de concepções cristalizadas historicamente em torno das diferenças sexuais e de gênero. Os professores devem problematizar, colocar em debate, as dúvidas que os alunos trazem para a sala de aula no que se refere à sexualidade e suas diferentes expressões, assim como as diferentes configurações de identidades de gênero. Segundo Richard Miskolci (2014, p. 91), “é na escola e dentro dos processos educativos que a maioria de nós aprende o que é socialmente prescrito como a forma correta de desejar o que é reconhecido como amor e, por conseguinte, o que é rejeitado como inaceitável e abjeto”.

Se a educação continua sendo conservadora e isso acontece em pleno século XXI, a mesma se encontra ainda omissa diante da temática que demanda a diversidade sexual. Esta omissão dos educadores causa sofrimento aos indivíduos ao serem acusados de forma direta ou indireta de não pertencerem ao padrão heteronormativo, sendo assim, estranhos e esquisitos, tornando assim, a vida de muitos acarretados de atrocidades por falta de intervenção da educação.

Para o estudioso Rogério Fernandes Dinis (2011, p. 42-43):

Uma das principais vítimas no processo de evasão escolar também são as adolescentes travestis e as (os) adolescentes transexuais que dificilmente conseguem

terminar seus estudos, sendo forçadas (os) a abandonar a escola, já que diferentemente de adolescentes gays e lésbicas, têm mais dificuldade em esconder sua diferença, tornando-se as vítimas mais visíveis dessa violência escolar.

Dessa forma, a então esperada discussão de uma educação sexual se faz urgente e necessária, para que casos como os citados por Dinis (2011) sejam abertos ao debate, e assim, ajudar os indivíduos que não correspondem às normalizações impostas pela cultura heteronormativa e naturalizante dos gêneros. É necessário pensar em uma Educação Sexual que venha mudar a percepção e ideia referente à Diversidade Sexual para desconstruirmos concepções naturalizantes sobre os gêneros e visões normativas a respeito das diferenças sexuais.

Segundo o autor Rogério Fernandes Dinis (2011, p. 46-47):

Embora não empunhem a arma, nem a faca que provoca diariamente o assassinato de pessoas que representam as minorias sexuais no Brasil, eles (as) são os (as) amoladores (as) de facas que colaboram indiretamente para tal genocídio, já que entender a homossexualidade como pecado, profanação do corpo e da sexualidade, como anormalidade e desvio de comportamento – discursos importados da religião, da mídia e das ciências psicológicas – são também as principais justificativas utilizadas por assassinos em série ou grupos de extermínio de travestis, transexuais, bissexuais, gays e lésbicas no Brasil.

Assim, o autor aponta que os/as professores/as e seus colaboradores/as muitas vezes, incitam a homofobia. De forma indireta se tornam genocidas em sua maioria por retirar o sentido de vida de muitos, por não lhes permitir o ato de se tornarem singulares em sua existência, cooperando assim de forma indireta, como amoladores de facas. Não usam de discursos e indagações para se tornarem um contribuinte para a desconstrução da realidade de preconceito e discriminações. O ato de se calar e não falar no assunto é o mesmo que afirmar, imediatamente, que aqueles indivíduos que não se enquadram aos padrões heteronormativos. Isso contribui, para a massificação e sofrimento de vítimas que dependem de um apoio moral e respeitoso do seu educador, para elucidar assim, que todos e todas merecem respeito, dignidade. O fato de não corresponderem à normatividade dos gêneros, e da heterossexualidade, não deve ser motivo para estigmas, exclusões, ou ridicularizações.

Nesse mesmo sentido, de acordo com Rogério Fernandes Dinis (2011, p. 47-48):

A dificuldade em falar sobre a diversidade sexual é também uma dificuldade de educadores e educadoras em conhecer a própria sexualidade e suas múltiplas possibilidades de obter prazer. Questionar a sexualidade, seja ela hetero ou homossexual é entendê-la como uma construção em constante negociação com o outro e com o social e esse pode ser um passo fundamental para problematizar e pluralizar a sexualidade, compreendendo o processo que leva à formação das diversas identidades e desconstruir os pressupostos da heteronormatividade.

Outra justificativa bastante comum utilizada por educadoras e educadores para excluir o tema da diversidade sexual das discussões do currículo é a ideia de que as identidades sexuais pertencem ao domínio da vida privada (DINIS, 2011, p. 47-48).

Portanto, necessita-se pensar em Políticas Públicas Educacionais e emergenciais que vêm adequar termos relevantes para o embasamento da educação sexual, pois, a mesma requer e necessita de liberdade para se falar a respeito da temática, que até então, era assunto reconhecido apenas para o âmbito do lar, no entanto, o assunto não é de relevância em suas vidas familiares.

Se a escola se constituísse em um espaço de diálogo, então a sexualidade seria abordada em um espaço destinado a se falar de forma elucidativa. Essa poderia se constituir em diversas disciplinas, acentuando assim respeito a todas as expressões de gêneros e de sexualidades, e buscando desta forma seu reconhecimento e respeito.

Precisamos mudar essa questão da omissão referente a essas normatizações. Existem grupos de pessoas discriminadas, e professores que precisam de forma ética e séria se posicionar em uma prática educativa de compromisso, interessada em desconstruir verdades postuladas a respeito dos gêneros e sexualidades normativas.

Ressalta a autora Jimena Furlani (2011, p. 68):

Insisto que a educação sexual, em qualquer nível de ensino, deve se caracterizar pela continuidade. Uma continuidade baseada em princípios claros de um processo permanente porque o bombardeamento midiático de informações recebidas por crianças e jovens é permanente... porque as situações de exclusão social, decorrentes do sexismo e da homofobia, são constantes... porque as representações hegemônicas que hierarquizam as diferenças estão permanentemente sendo fixadas mesmo com permanentes resistências... porque a subjetivação da sexualidade (que talvez tenha um papel maior do que, até então, temos considerado nessa dinâmica de mudança comportamental) está sendo permanentemente posta em questão pelos aparatos discursivos de uma cultura e precisa ter o contraponto reflexivo de uma educação sexual sistemática, corajosa, honesta e politicamente interessada com a crítica desses modelos de desigualdade sexual, de gênero, de etnia, de raça, de geração, de classe, religião, etc.

Portanto, é nesse espaço educacional que devemos nos ater com ferramentas multiculturais de diversos olhares para a desconstrução de conceitos que se tornaram determinadamente certo.

Sendo assim, esse novo direcionamento de uma educação sexual que tenha a intenção de ser disseminada, igualitária, justa e equânime, depende da desconstrução desse olhar hierarquizado que requer de nós educadores um novo posicionamento para seu reconhecimento, pois a mesma não sendo contextualizada dentro das instituições, ela continuará arbitrando ou incitando a homofobia, ou mesmo assassinatos dentro e fora das escolas e na sociedade. Segundo a autora Jimena Furlani (2011, p. 31) “a educação pode, também, libertar e, para isso, ela deve ser crítica, flexível, participativa e dialógica. Essa é a educação libertadora”.

Diante desse levantamento, somos a engrenagem que busca teorias para a elucidação do reconhecimento da diferença, e diante de um assunto complexo e denso, o qual debatemos nesse estudo, percebemos que é possível em um país como o Brasil, reconhecer a necessidade da educação sexual no espaço escolar. É preciso compreender para que queremos essa educação sexual, debater ainda, a necessidade de seu reconhecimento, mostrando a partir daí, que é possível chegar a uma diminuição de aspectos que geraram conflitos e sofrimentos por conta da não compreensão de pessoas LGBTTTT. Essa educação sexual deve se dar, pela desconstrução dos postulados normativos dos gêneros e da heterossexualidade enquanto única expressão de sexualidade aceita.

Assim, acreditamos que o desígnio de tentar reconsiderar outros modelos de condutas a serem diversificados e reconhecidos como aceitas estaremos sim contribuindo para um novo currículo escolar, que obrigatoriamente pensaria em uma experimentação saudável para a diversidade sexual, incluindo o gênero, etnia e raças contribuindo para sua lógica existente.

Desta forma, é por meio da educação que vamos contribuir para um amanhã com, mais esperança, paz entre os indivíduos na sociedade e maior respeito às suas diferenças. Com essa desenvoltura, perceber que existem diversas formas de abordarmos o assunto de maneira multidisciplinar, pois a referida autora nos ensina que desde a educação infantil é necessário fazer presente a educação sexual. A mesma está em nós, em nossos comportamentos, e é com a sua promoção que vamos tornar visíveis os direitos identitários iguais de homens, mulheres,

negros, negras, homossexuais, feministas, pacifistas, ativistas políticos, indígenas e outros. Isso seria fundamental para a desconstrução dos mecanismos que geraram e geram de forma objetiva e subjetiva a então carrasca forma de preconceito e maldade que acontece na exclusão social.

REFERÊNCIAS

BELELI, Iara. Gênero: uma definição de gênero. In: MISKOLCI, Richard (Org.). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014, p. 49.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**. Curitiba/PR, n. 39, jan./abr. 2011. p. 39 – 50.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 190 p.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade: o que é gênero? **Volume 24 de Antropologia em primeira mão**. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1998. p. 5 - 8.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 184 p.

MISKOLCI, Richard. **Marcas da diferença no ensino escolar**: a sexualidade e o espaço escolar. A escola é sexualmente neutra? São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014. p. 79 – 80.

MONTSERRAT, Moreno. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. ARAÚJO, Ulisses Ferreira (Coord.); FUZATTO, Ana Venite (Trad.). São Paulo: Moderna; Campinas/SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999. 80 p.

PELÚCIO, Larissa. Desfazendo o gênero: Gênero ou gêneros? In: JÚNIOR, Jorge Leite; MISKOLCI, Richard. **Diferenças na educação**: outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCar. 2014. p.100.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 93-94.